

SENTENÇA DECLARATÓRIA E CONDENAÇÃO: UM ENFOQUE A PARTIR DO EXERCÍCIO DAS PRETENSÕES DE DIREITO MATERIAL

Éder Maurício Pezzi López

*Graduado em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Especialista em Direito Civil e Processo Civil pelo IDC - Porto Alegre
Advogado da Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro - RJ*

1. INTRODUÇÃO

O conceito de pretensão, em que pese situar-se no âmbito do direito substantivo, tem íntima ligação com o processo civil, vez que este, no mais das vezes, é o instrumento pelo qual se deduzem as pretensões de direito material. A respeito disso, faz-se altamente útil definir-se o conteúdo da pretensão, relacionando-a com os conceitos de direito subjetivo, ação de direito material e ação processual propriamente dita.

Dessa forma, à luz do exercício da pretensão, o presente estudo tem por finalidade revisitar o tema da classificação de ações, tendo por foco especialmente as ações declaratória e condenatória. Além disso, passando pelo assunto da prescrição, analisa-se a questão do momento processual do exercício das pretensões, abordando-se, em seguida, a possibilidade de execução da sentença declaratória e a formação de título executivo em favor do réu, com base no art. 475-N, I, do CPC.

2. A CLASSIFICAÇÃO DAS AÇÕES QUANTO AO SEU CONTEÚDO

O tema da classificação de ações tem sido amplamente revisitado, nos últimos anos, em decorrência de substanciais alterações legislativas havidas no

processo civil brasileiro. À luz das reformas havidas a partir de 1994, as quais têm alterado sobremaneira a forma de efetivação da jurisdição, passou-se novamente a questionar a classificação das ações, focalizando não apenas a natureza dos provimentos judiciais quanto à cognição, mas, sobretudo, considerando as novas espécies executivas introduzidas no ordenamento.

Dessa forma, à antiga classificação das ações em declaratórias, constitutivas e condenatórias, a doutrina tem considerado as espécies mandamentais e executivas *lato sensu*, adotando, de maneira geral, o modelo preconizado por Pontes de Miranda (1970). Em seu estudo, buscou ele classificar as ações a partir da análise da eficácia preponderante das sentenças a serem proferidas em cada processo. Isso porque, como observou ele (1970, p. 124), não existe nenhuma sentença que tenha apenas uma das eficácias elencadas, razão pela qual ao se dizer que um determinado provimento é constitutivo, quer-se dizer que ele é preponderantemente constitutivo, o que não excluiu a existência de outras eficácias menos intensas.

Nessa mesma linha, Luiz Rodrigues Wambier fala em efeitos principais da sentença, como sendo aquela eficácia atinente ao seu dispositivo, entendendo a sentença como ‘ato jurídico’. Explicita esse Autor, ainda, que “é possível que coexistam na sentença vários efeitos principais – seja porque o *decisum* contém vários capítulos acerca do(s) pedido(s) formulado(s), seja porque a resposta a um único pedido envolva mais de um efeito principal” (2005, p. 537).

Por essa razão, em que pese a referência comumente ser feita às ‘ações’, no sentido de procedimento único, o fato é que a classificação das sentenças quanto a sua eficácia tem muito mais a ver com o pedido, que é o principal elemento da ação processual propriamente dita. Some-se a isso o fato de, em certos casos, ser possível e até desejável a cumulação de pedidos, os quais podem configurar, em relação a uma mesma causa de pedir, provimentos de naturezas diversas (por exemplo: *declarar* uma nulidade ou *desconstituir* um negócio jurídico e *condenar* o sucumbente à restituição do *status quo ante*, seja restituindo valor pecuniário, seja entregando coisa, seja abstendo-se de fazer alguma coisa). Por essa razão, onde se diz efeitos preponderantes da ‘ação’, deve-se entender efeitos preponderantes do provimento atinente a cada pedido, como se único fosse.

No tocante à classificação das ações propriamente dita, outra observação que se faz pertinente diz respeito ao ângulo de análise pelo qual as classificações são tomadas, uma vez que toda e qualquer classificação, para ser útil, deve tomar um critério uniforme, de modo a traçar as diferenças substanciais entre as espécies de um mesmo gênero. Nesse sentido, ao analisar a forma como é funda-

mentada a classificação *quinária*, acima referida, o que se vê é que são considerados dois ângulos distintos, o da cognição e o da execução, como se fossem eles fungíveis, o que não se afigura adequado. Isso porque, como se demonstrará, as sentenças ditas mandamentais e executivas *lato sensu* são, quanto à cognição, de natureza condenatória, variando, apenas, quanto a sua forma de efetivação concreta.

Passando a análise de cada uma das espécies, vê-se que a eficácia declaratória adviria do interesse de certificar a existência ou inexistência de relação jurídica, bem como a autenticidade ou falsidade de documento (art. 4º, I e II, do CPC), havendo interesse para tanto ainda que tenha havido a lesão do direito (parágrafo único do referido artigo). Ressalte-se que a ação declaratória não se presta apenas para certificar a mera existência de fato, ou para uma mera “consulta” a respeito da aplicabilidade de uma determinada norma; somente haverá interesse quando houver dúvida concreta a respeito da relação jurídica que se quer declarar, ou de documento que tenha relevância jurídica. Essa dúvida poderá ter como objeto a incerteza em relação à concretização do suporte fático de determinada norma jurídica, onde se enquadra também a falsidade de documento, ou a dúvida em relação à aplicabilidade da norma a um determinado suporte fático incontroverso. Além disso, é possível que a declaração recaia também sobre a não incidência da norma abstrata em razão de sua própria invalidade, ante um caso de nulidade por inconstitucionalidade, por exemplo.

As ações constitutivas, por sua vez, relacionam-se com a tutela dos chamados direitos potestativos, que se verificam quando “a lei concede a alguém o poder de influir, com sua manifestação de vontade, sobre a condição jurídica de outro, sem o concurso da vontade deste”, seja por fazer cessar um direito ou estado jurídico existente, seja por produzir um novo direito ou efeito jurídico (Chiovenda, 1969, p. 15). Importante ressaltar aqui a diferença dos direitos potestativos com os direitos a uma prestação, cuja violação faz nascer a pretensão, objeto das ações condenatórias, de que logo adiante se tratará em tópico próprio.

Por hora, quanto às ações condenatórias, pode-se dizer que nelas, além da certificação do suporte fático e o reconhecimento da aplicabilidade da *sanção* atinente a uma obrigação descumprida (conteúdo declaratório), há o comando que declara o exercício da pretensão deduzida pelo autor, dirigido à pessoa do réu, tendente a sanar a “crise de descumprimento”. Nas palavras de Liebman (1968, p. 16), a sentença condenatória “faz vigorar para o caso concreto as forças coativas latentes da ordem jurídica, mediante aplicação da sanção adequada ao caso examinado”, daí sua função sancionatória.

processo civil brasileiro. À luz das reformas havidas a partir de 1994, as quais têm alterado sobremaneira a forma de efetivação da jurisdição, passou-se novamente a questionar a classificação das ações, focalizando não apenas a natureza dos provimentos judiciais quanto à cognição, mas, sobretudo, considerando as novas espécies executivas introduzidas no ordenamento.

Dessa forma, à antiga classificação das ações em declaratórias, constitutivas e condenatórias, a doutrina tem considerado as espécies mandamentais e executivas *lato sensu*, adotando, de maneira geral, o modelo preconizado por Pontes de Miranda (1970). Em seu estudo, buscou ele classificar as ações a partir da análise da eficácia preponderante das sentenças a serem proferidas em cada processo. Isso porque, como observou ele (1970, p. 124), não existe nenhuma sentença que tenha apenas uma das eficácias elencadas, razão pela qual ao se dizer que um determinado provimento é constitutivo, quer-se dizer que ele é preponderantemente constitutivo, o que não excluiu a existência de outras eficácias menos intensas.

Nessa mesma linha, Luiz Rodrigues Wambier fala em efeitos principais da sentença, como sendo aquela eficácia atinente ao seu dispositivo, entendendo a sentença como ‘ato jurídico’. Explicita esse Autor, ainda, que “é possível que coexistam na sentença vários efeitos principais – seja porque o *decisum* contém vários capítulos acerca do(s) pedido(s) formulado(s), seja porque a resposta a um único pedido envolva mais de um efeito principal” (2005, p. 537).

Por essa razão, em que pese a referência comumente ser feita às ‘ações’, no sentido de procedimento único, o fato é que a classificação das sentenças quanto a sua eficácia tem muito mais a ver com o pedido, que é o principal elemento da ação processual propriamente dita. Some-se a isso o fato de, em certos casos, ser possível e até desejável a cumulação de pedidos, os quais podem configurar, em relação a uma mesma causa de pedir, provimentos de naturezas diversas (por exemplo: *declarar* uma nulidade ou *desconstituir* um negócio jurídico e *condenar* o sucumbente à restituição do *status quo ante*, seja restituindo valor pecuniário, seja entregando coisa, seja abstando-se de fazer alguma coisa). Por essa razão, onde se diz efeitos preponderantes da ‘ação’, deve-se entender efeitos preponderantes do provimento atinente a cada pedido, como se único fosse.

No tocante à classificação das ações propriamente dita, outra observação que se faz pertinente diz respeito ao ângulo de análise pelo qual as classificações são tomadas, uma vez que toda e qualquer classificação, para ser útil, deve tomar um critério uniforme, de modo a traçar as diferenças substanciais entre as espécies de um mesmo gênero. Nesse sentido, ao analisar a forma como é funda-

mentada a classificação *quinária*, acima referida, o que se vê é que são considerados dois ângulos distintos, o da cognição e o da execução, como se fossem eles fungíveis, o que não se afigura adequado. Isso porque, como se demonstrará, as sentenças ditas mandamentais e executivas *lato sensu* são, quanto à cognição, de natureza condenatória, variando, apenas, quanto a sua forma de efetivação concreta.

Passando a análise de cada uma das espécies, vê-se que a eficácia declaratória adviria do interesse de certificar a existência ou inexistência de relação jurídica, bem como a autenticidade ou falsidade de documento (art. 4º, I e II, do CPC), havendo interesse para tanto ainda que tenha havido a lesão do direito (parágrafo único do referido artigo). Ressalte-se que a ação declaratória não se presta apenas para certificar a mera existência de fato, ou para uma mera “consulta” a respeito da aplicabilidade de uma determinada norma; somente haverá interesse quando houver dúvida concreta a respeito da relação jurídica que se quer declarar, ou de documento que tenha relevância jurídica. Essa dúvida poderá ter como objeto a incerteza em relação à concretização do suporte fático de determinada norma jurídica, onde se enquadra também a falsidade de documento, ou a dúvida em relação à aplicabilidade da norma a um determinado suporte fático incontroverso. Além disso, é possível que a declaração recaia também sobre a não incidência da norma abstrata em razão de sua própria invalidade, ante um caso de nulidade por inconstitucionalidade, por exemplo.

As ações constitutivas, por sua vez, relacionam-se com a tutela dos chamados direitos potestativos, que se verificam quando “a lei concede a alguém o poder de influir, com sua manifestação de vontade, sobre a condição jurídica de outro, sem o concurso da vontade deste”, seja por fazer cessar um direito ou estado jurídico existente, seja por produzir um novo direito ou efeito jurídico (Chiovenda, 1969, p. 15). Importante ressaltar aqui a diferença dos direitos potestativos com os direitos a uma prestação, cuja violação faz nascer a pretensão, objeto das ações condenatórias, de que logo adiante se tratará em tópico próprio.

Por hora, quanto às ações condenatórias, pode-se dizer que nelas, além da certificação do suporte fático e o reconhecimento da aplicabilidade da *sanção* atinente a uma obrigação descumprida (conteúdo declaratório), há o comando que declara o exercício da pretensão deduzida pelo autor, dirigido à pessoa do réu, tendente a sanar a “crise de descumprimento”. Nas palavras de Liebman (1968, p. 16), a sentença condenatória “faz vigorar para o caso concreto as forças coativas latentes da ordem jurídica, mediante aplicação da sanção adequada ao caso examinado”, daí sua função sancionatória.

Nesse particular, é de se ver que o conteúdo da condenação (a prestação), além de pagamento em dinheiro, poderá consistir numa obrigação de fazer, de não fazer ou de entregar coisa. Embora todas essas últimas hipóteses consistam de prestações do gênero “obrigação”, a doutrina, como já referido, tem classificado as ações onde seu cumprimento é determinado como mandamentais e executivas *lato sensu*, em razão do fato de que nelas há cognição conjugada com medidas executivas determinadas diretamente pela sentença, independentemente de fase executiva própria. Por essa razão, parte da doutrina tem contestado a classificação quinária, que coloca essas duas espécies como autônomas, referindo que o mais adequado seria elencá-las com subespécies condenatórias, visto que todas elas têm por finalidade resolver a “crise de cumprimento”. A respeito disso, interessante é o que expõe Eduardo Arruda Alvim (2007, p. 29):

Pode-se dizer, em última análise, que a tutela condenatória é aquela que visa à obrigação de prestar, tendo em vista situações de crise no adimplemento de obrigações. E que esta pode ser implementada na ordem prática mediante técnicas sub-rogatórias ou mandamentais (execução indireta). Afigura-se-nos correto afirmar que a distinção entre essas últimas reside principalmente na forma de execução e não na natureza da crise. Nesse sentido, pode-se dizer impróprio agregar a categoria de sentenças mandamentais às três que compõem a chamada classificação ternária, porque esta tem por *ratio essendi* a essência da crise.

Dessa forma, vê-se que a principal diferença entre ambas as espécies é que nas ações executivas *lato sensu* há a possibilidade de execução direta por medidas sub-rogatórias (busca e apreensão, remoção de pessoas e coisas, desfazimento de obras, etc.), além da possibilidade de execução indireta, ou seja, a imposição de medidas que coajam ou “estimulem” o devedor ao cumprimento da obrigação, tais como a multa, a prisão civil, no caso de dívida alimentar ou as sanções penais pelo descumprimento de ordem judicial (art. 330 do CP), quando for o caso. No caso das ações mandamentais, em regra não têm lugar medidas sub-rogatórias, de execução direta, mas apenas medidas executivas indiretas referidas. Nesse caminho, elucidativa é a lição de Fredie Didier Jr.¹ (2007, v.1, p. 183):

¹ Com base no raciocínio esposado, esse autor propõe denominar tais ações de “executivas *lato sensu* por coerção direta” e “executivas *lato sensu* por coerção indireta” (ações mandamentais).

A distinção que se pretende fazer entre “ação executiva *lato sensu*” e “ação mandamental” parte da distinção entre coerção direta e indireta. Ambas as demandas teriam por característica comum a circunstância de poderem gerar uma decisão que certifique a existência do direito e já tome providências para efetivá-lo, independentemente de futuro processo de execução. São, pois, ações sincréticas. Distinguem-se na medida em que a primeira visa à efetivação por sub-rogação/execução direta, e a segunda por coerção pessoal/execução indireta.

Por fim, o que quer deixar claro é que o grande mérito da classificação quinária é o de tomar em conta os meios concretos de efetivação dos provimentos jurisdicionais, ao incluir a eficácia mandamental e executiva *lato sensu*. No entanto, parece cientificamente mais adequado manter-se a classificação trinária, levando-se em conta a natureza da prestação jurisdicional, ou melhor, o seu objeto (crise de certeza, exercício de direito potestativo ou crise de cumprimento), considerando à parte as classificações quanto à efetivação concreta de comandos condenatórios.

Isso porque, em regra, apenas caberão atos executivos (execução forçada, medidas executivas *lato sensu* ou mandamentais) para ações de natureza tipicamente condenatória, já que, via de regra, prescindem de execução as ações constitutivas e meramente declaratórias, com as ressalvas que se farão no presente estudo.

3. O CONTEÚDO DA PRETENSÃO DE DIREITO MATERIAL

Pontes de Miranda, com base na doutrina alemã, fez uma distinção entre direito, pretensão e ação, entendendo que tais conceitos, ainda que relacionados, não se confundem, possuindo dimensões diversas. Segundo o Autor, acolhendo a teoria da subsunção, o direito subjetivo nasce da incidência de regra jurídica sobre um determinado suporte fático, conferindo formalmente alguma vantagem a alguém e alguma posição passiva a outrem (Pontes de Miranda, 1970, p. 29).

A pretensão (*Anspruch*), por sua vez, pressupõe um inadimplemento, uma lesão ao direito subjetivo, tornando exigível uma obrigação a ser cumprida, seja ela contratual ou legal. Dessa forma, pode ser ela definida como a faculdade de exigir do sujeito passivo alguma ação ou omissão determinada pelo Direito, na definição pioneira de Windscheid (1902, p. 183), a qual foi adotada pelo código civil alemão (BGB), no § 194.

Vê-se, assim, que ela é relacionada com a exigibilidade do próprio direito subjetivo, com a possibilidade de buscar sua tutela, de modo a sanar a “violação ao direito” (leia-se: aplicar a sanção), como refere a redação do art. 189 do CCB/02. Frise-se, mais uma vez, que nos chamados direitos potestativos não há pretensão, já que eles se contrapõem aos chamados direitos a uma prestação, não sendo suscetíveis de inadimplemento (Chiovenda, 1969, pp. 16/17), razão pela qual nas ações chamadas constitutivas, em regra, não cabe execução, já que a própria sentença já contém em si a eficácia requerida, modificando, por si só, o estado jurídico das partes.

A ação de direito material, completando o contexto em questão, pode ser definida, como “o exercício do próprio direito por ato de seu titular, independentemente de qualquer atividade voluntária do obrigado”, na lição de Ovídio Batista (1983, p. 104). Desse modo, se o direito subjetivo não for violado, não há o nascimento da pretensão e não há suporte para tal ação material.

Ocorre que o Estado praticamente monopolizou os meios de exercício dessa ação de direito material, vedando aos sujeitos o seu exercício direto, salvo alguns poucos casos, como no desforço imediato na manutenção da posse, ou na efetivação do penhor legal das bagagens por parte do hospedeiro em caso de inadimplemento (art. 1470 do CCB/02), por exemplo. Faz-se indispensável, então, realizar-se a ação de direito material por meio do processo (Pontes de Miranda. 1970, p. 110). Em outras palavras, como ensina Marinoni (1996, p. 115), a ação processual “deve ser uma espécie de realização da ação privada, ou seja, da ação que foi proibida quando o Estado assumiu o monopólio da jurisdição”. Frise-se, contudo, que a pretensão à tutela jurisdicional estatal, pelo princípio do acesso à justiça (CRFB, art. 5º, XXXV), prescinde da existência do direito subjetivo, uma vez que têm direito de acesso ao Judiciário também aqueles “que não possuem direito”, o que ocorre no caso de pleitos julgados improcedentes.

4. AÇÕES DECLARATÓRIAS E CONDENATÓRIAS ANTE O EXERCÍCIO DA PRETENSÃO

Como dito anteriormente, só haverá falar em pretensão quando se estiver diante de prestações de cunho obrigacional. Por essa razão, em relação aos provimentos de cunho constitutivo não há falar de pretensão, porque estão vinculados a direitos potestativos, não suscetíveis de descumprimento, portanto não sujeitos à prescrição, mas à decadência. A via judicial, nesse caso, só terá

utilidade (e necessidade) para os casos em que o exercício do direito potestativo dependa da vontade de quem sofre a sujeição, e haja a oposição, ou nos casos em que a lei exige e torna indispensável a intervenção do Poder Judiciário².

Em relação aos provimentos de cunho condenatório, não resta dúvida de que eles consubstanciam o típico o exercício da pretensão, concretizando o preceito sancionatório relativo à obrigação não cumprida. Neles, resta claro o *agere* do titular da pretensão, tendente ao seu cumprimento, razão pela qual não há falar em inércia passível de ser causa de prescrição. Aqui vale a explicação que se fez em relação à classificação quinária, aplicando-se o mesmo raciocínio em relação às ações ditas mandamentais e executivas *lato sensu*.

A dúvida que surge é se na ação meramente declaratória haveria dedução de pretensão de direito material, vez que nela o *agere* do interessado se restringe a uma pretensão declaratória em face do Judiciário, sem efetivamente *exigir* o cumprimento de uma obrigação. A dúvida se torna ainda mais relevante no momento em que a ação tem por objeto a declaração da existência de uma prestação inadimplida, da lesão a um direito, como permite o parágrafo único do art. 4º do CPC. Para responder a essa questão, indispensável é estabelecer as diferenças da ação meramente declaratória para a ação condenatória, o que se faz no tópico seguinte.

A ação preponderantemente condenatória, como já referido, tem como objeto o reconhecimento de uma violação a direito e a declaração de sanção (a condenação), representando tipicamente o exercício da pretensão. O titular do direito subjetivo lesado requer, através da ação, que o Estado-juíz reconheça a existência da pretensão e, concomitantemente, reconheça que ele a está exercendo, declarando essa circunstância através da condenação.

Têm-se no provimento condenatório, dessa forma, as seguintes etapas: (a) o juiz declara a existência do suporte fático e a incidência da norma abstrata no tocante à formação do direito subjetivo; (b) declara que esse direito foi violado, fazendo nascer a pretensão; (c) declara a existência e exigibilidade da sanção prevista para a hipótese; e (d) considera válido o exercício da pretensão por parte do autor (ação), dirigindo-o ao réu através do provimento condenatório.

² Agnelo Amorim Filho (1961, p. 731) elenca como exemplos do primeiro grupo o direito do vendedor resgatar o imóvel vendido com cláusula de retrovenda, o direito de revogar doação, o direito de dissolver sociedade por tempo indeterminado. Em relação ao segundo grupo, refere o direito de requerer a interdição, o direito de anular o casamento, ao que acrescentamos o direito de revisar ou resolver o contrato por onerosidade excessiva superveniente.

Reforça-se, assim, o fato de que a lesão ao direito é inerente ao provimento condenatório, uma vez que se não houver inadimplemento, não há pretensão, não havendo, assim, a possibilidade de seu exercício através da ação (condenação).

No entanto, é possível que, diante da existência de um direito violado, o seu titular não exerça a pretensão dali nascida, mas limite-se a requerer ao Estado-juiz o reconhecimento (declaração) dessa situação. Diante desse quadro, tal provimento declaratório terá as seguintes etapas: (a) o juiz declara a existência do suporte fático e a incidência da norma abstrata no tocante à formação do direito subjetivo; (b) declara que esse direito foi violado, fazendo nascer a pretensão; e (c) declara a existência e exigibilidade da sanção prevista para a hipótese.

Ora, o que se vê é que, no tocante aos itens *a*, *b* e *c* ambas as ações são idênticas, faltando à ação declaratória apenas o reconhecimento do exercício da pretensão, ao que parte da doutrina chama de “aplicação da sanção” (Liebman, 1968, p. 16). Com base nesse raciocínio, tem-se estabelecido que a principal diferença entre a ação declaratória e a condenatória tem a ver com o fato desta ser direcionada à execução, e aquela à mera certificação.

Em realidade, toma-se, como critério único para diferenciar aquilo que sucede a sentença – a possibilidade ou não de execução –, desconsiderando-se o fato de que o que mais interessa na diferenciação de ambos os provimentos é justamente o que vem antes, ou seja, o exercício da pretensão, existente apenas nas ações condenatórias. Veja-se que o fato de ser a sentença posteriormente exequível não é um critério inteiramente válido para diferenciar a condenação da declaração, até porque, como adiante se demonstrará, é plenamente possível a execução a partir de sentenças declaratórias, ainda que nelas originalmente não tenha sido exercida a pretensão.

Por essa razão, alguns autores têm entendido que a sentença declaratória que “reconhece” a obrigação é, em realidade, uma sentença condenatória, como referiu Carlos Alberto Álvaro de Oliveira (2008), podendo, dessa forma, ser classificada no rol dos provimentos dependentes de execução, pois sujeita à implementação através da via executiva (MARINONI, 2007, p. 70). Tal entendimento, em que pese a autoridade de seus defensores, não se afigura adequado, pois falta na ação declaratória o exercício da pretensão, como demonstrado, o que não permite igualar as duas categorias.

5. EXERCÍCIO DA PRETENSÃO E PRESCRIÇÃO

Outro aspecto interessante a ser referido é que a questão do exercício das pretensões está diretamente relacionada à incidência da prescrição, cujo prazo, em regra, tem início no momento em que há a violação do direito subjetivo (art. 189 do CCB/02)³. Aplicando esse raciocínio ao que tange ao negócio jurídico, por exemplo, tem-se que o início de tal prazo ocorrerá no momento em que houver o vencimento de determinado termo suspensivo, com a inadimplência no cumprimento de uma obrigação. No caso de responsabilidade civil extracontratual, da mesma forma, haverá o nascimento da pretensão no momento em que houver a lesão ao bem jurídico tutelado, seja ele de cunho material ou moral. Em outras palavras, no momento em que se puder considerar “exigível” determinada obrigação, ensejando a dedução judicial da pretensão executiva, aí terá início a contagem do prazo prescricional⁴.

Quanto aos seus efeitos, é de se dizer que a prescrição implica na extinção da pretensão, como define o art. 189 do CCB/02, impedindo o credor de, esgotado o prazo fixado em lei, exercê-la, seja por meio de ação de direito material, seja por meio de exceção (art. 190). No entanto, há meios de se interromper a fluência do prazo prescricional sem exercer definitivamente a pretensão, como é o caso do protesto judicial ou cambial e a apresentação de título de crédito em inventário ou concurso de credores (art. 202 do CCB/02), por exemplo. Essa interrupção, contudo, só poderá ocorrer uma vez, como determina o *caput* do referido art. 202.

Por essa razão, interrompida ou não a prescrição, antes de esgotado o prazo legal, haverá a necessidade de exercer a pretensão de forma definitiva, por meio da ação judicial, sob pena de vê-la extinta. Contudo, como já referido, não é qualquer ação judicial que tem o condão de configurar o exercício da pretensão, mas apenas aquelas que tiverem pedidos que tencionem (daí ‘pretensão’) ao cumprimento da obrigação, o que não é o caso das meramente

³ Importante ressaltar que, caso se trate de responsabilidade por fato do produto ou do serviço, prescreve o CDC que o prazo prescricional tem início “a partir do conhecimento do dano e de sua autoria” (art. 27).

⁴ Nessa direção foi, por exemplo, a conclusão da I Jornada de Direito Civil promovida pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal (11 a 13/09/2002), que assim concluiu em sua Súmula 14: Art. 189: 1) o início do prazo prescricional ocorre com o surgimento da pretensão, que decorre da exigibilidade do direito subjetivo; 2) o art. 189 diz respeito a casos em que a pretensão nasce imediatamente após a violação do direito absoluto ou da obrigação de não fazer.

declaratórias. Sobre esse tema, preciso é o posicionamento de Eduardo Talamini (2006, p. 36):

Quando se exerce a ação meramente declaratória sobre um direito (compreendida nos moldes acima expostos), não se exerce a pretensão material relativa a tal direito; não se exige, pela ação, a sua satisfação: apenas se pretende a eliminação da incerteza quanto à sua existência. E assim o é inclusive quando se propõe a demanda de mera declaração depois de já violado o direito.

Alguns autores, no entanto, consideram que no caso da ação declaratória positiva, em que se quer ver reconhecida determinada relação jurídica, haveria a interrupção da prescrição pela citação (CCB/02, 202, I), “porque não se pode exigir mais inequívoca demonstração do credor de que não está inerte” (Barbi, 1975, p. 88). Ora, a inércia que acarreta na extinção da pretensão é aquela vinculada diretamente com o seu exercício, sua exigência, e não com eventual busca de eliminação de incerteza, razão pela qual não se pode considerar a interposição de ação declaratória como marco interruptivo. Uma coisa é saber “se” a obrigação existe; outra é buscar o seu cumprimento, sendo apenas esta última a capaz de veicular pretensão.

6. A NORMA DO ART. 475-N, I, E EXECUTIVIDADE DA SENTENÇA DECLARATÓRIA

O art. 475, N, I do CPC, introduzido pela Lei 11.232/2005, passou a elencar como título executivo “a sentença proferida no processo civil que reconheça a existência de obrigação de fazer, não fazer, entregar coisa ou pagar quantia”, alterando a anterior redação do antigo art. 584, que tratava apenas de “sentença condenatória proferida no processo civil”.

Para grande parte da doutrina, a mudança na redação ampliou o rol de títulos executivos, permitindo, agora, a executividade das sentenças meramente declaratórias que reconheçam obrigações (Wambier, 2006). Diante disso, questionou-se a constitucionalidade da lei 11.232/05 no ponto, visto que a novel redação foi alterada por emenda no Senado, sem que houvesse o retorno do projeto à Câmara dos Deputados. Por essa razão, como bem ressalta Eduardo Talamini (2006), a única possibilidade de manter a constitucionalidade da nova norma seria considerar que, em que pese a alteração redacional, não houve modificação substancial na norma, valendo o mesmo entendimento anterior. Assim,

o que se afigura é saber se, mesmo antes da entrada em vigor da Lei 11.232/05, havia a possibilidade de atribuir executividade à sentença declaratória.

A esse respeito, é de e referir que a possibilidade de execução de sentenças meramente declaratórias, nos casos em que estejam presentes todos os elementos da obrigação, já era ventilada por Teori Zavascki antes da reforma de 2005. Para ele (2003), entender o contrário seria tornar a prestação jurisdicional inócua, vez que alijada da tutela executiva:

Ora, se tal sentença traz definição de certeza a respeito, não apenas da existência da relação jurídica, mas também da exigibilidade da prestação devida, não há como negar-lhe, categoricamente, eficácia executiva. Conforme assinalado anteriormente, ao legislador ordinário não é dado negar executividade a norma jurídica concreta, certificada por sentença, se nela estiverem presentes todos os elementos identificadores da obrigação (sujeitos, prestação, liquidez, exigibilidade), pois isso representaria atentado ao direito constitucional à tutela executiva, que é inerente e complemento necessário do direito de ação.

Esse entendimento, então apenas doutrinário, passou a ser adotado em alguns julgados do STJ⁵, reconhecendo-se, em relação à sentença declaratória, que

não há razão alguma, lógica ou jurídica, para submetê-la, antes da execução, a um segundo juízo de certificação, até porque a nova sentença não poderia chegar a resultado diferente do da anterior, sob pena de comprometimento da garantia da coisa julgada, assegurada constitucionalmente. E instaurar um processo de cognição sem oferecer às partes e ao juiz outra alternativa de resultado que não um, já prefixado, representaria atividade meramente burocrática e desnecessária, que poderia receber qualquer outro qualificativo, menos o de jurisdicional.

Contrariamente, o citado Eduardo Talamini argumenta que, em realidade, apenas a sentença condenatória enseja a possibilidade de execução, e interpre-

⁵ REsp 588202/PR, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10.02.2004, DJ 25.02.2004 p. 123, EREsp 502618/RS, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 08.06.2005, DJ 01.07.2005 p. 359

tar o contrário significaria elidir a possibilidade de ação meramente declaratória nos casos do art. 4º, parágrafo único, do CPC (2006, p. 37). Da mesma forma, observa ele que a literal aplicação da norma do art. 475-N, I, acarretaria numa ampliação inadequada das possibilidades de títulos executivos, ensejando a execução de obrigações que sejam “existentes” mas ainda não vencidas (p. 35), dentre outros argumentos. Na mesma ente sido declaratório, condene ou conceda a tutela específica:

Habita, aí, a meu ver, o grande benefício que se poderá extrair da nova redação, pois permite ao juiz atribuir à sentença condenatória, mandamental ou executiva a força que lhe é própria, mesmo que o autor tenha por equívoco denominado a demanda de declaratória e tenha nela formulado pedido declaratório, desde que conste como causa de pedir também a violação do direito, o ato ilícito, o inadimplemento, a transgressão.

Em realidade, tais posicionamentos acabam por confundir o conceito de título executivo com eficácia das sentenças declaratória e condenatória. Com efeito, embora na sentença declaratória não haja o exercício da pretensão, como já referido, isso não impede que ela contenha os elementos necessários a um futuro exercício, o qual terá sido “certificado” pela prévia atividade jurisdicional, que dirimiu a incerteza concreta a respeito dos elementos da obrigação insatisfeita. Veja-se, a respeito disso, que há uma série de situações em que, apesar de não ser exercida a pretensão, forma-se título executivo judicial, o que ocorre, por exemplo, no caso da sentença penal condenatória (475-N, II) e no de homologação de transação sobre matéria que sequer foi posta em juízo (475-N, III).

No caso da sentença penal, o que se exigiu no processo originário foi a pretensão punitiva do Estado, jamais eventual pretensão civil do lesado. Nesses casos, só não se extingue essa pretensão porque a própria lei civil impede a fluência do prazo prescricional até o trânsito em julgado da ação penal (CCB/02, art. 200). Por essa razão, se uma sentença penal tem o condão de reconhecer uma obrigação civil *ex delicto*, constituindo título executivo, com maior razão o será uma sentença declaratória que tenha por objeto justamente a obrigação e seu inadimplemento.

Outra situação que demonstra o cabimento do presente raciocínio diz respeito com a exequibilidade que é atribuída a títulos executivos extrajudiciais.

A lei, por exemplo, reconhece a possibilidade de as partes documentarem um determinado negócio jurídico, por intermédio do contrato, firmado também por duas testemunhas, estabelecendo obrigações e prevendo sanções. Dito de outra forma, permite-se às partes certificarem concretamente a existência do suporte fático e a incidência da norma jurídica, tornando o cumprimento da obrigação exigível por intermédio do processo executivo.

Entretanto, imagine-se por hipótese que as partes, sem firmar um contrato, celebrem o mesmo negócio jurídico, o qual é posteriormente reconhecido por meio de sentença declaratória, que reconhece a existência da obrigação pendente de cumprimento. Em termos substanciais, a sentença terá o mesmo teor do contrato, com a diferença que foi produzida por procedimento estatal constitucionalmente previsto, qualificado pelas garantias do contraditório e da ampla defesa, não havendo razão para desconsiderar sua potencialidade executiva. Salienta-se, no entanto, que só terá força executiva se contiver todos os elementos da relação jurídico obrigacional, identificando, precisamente, partes credora e devedora, natureza e objeto da obrigação (Wambier, 2006, p. 44).

7. AÇÃO DECLARATÓRIA E O EXERCÍCIO POSTERIOR DAS PRETENSÕES

Como ressaltado, o exercício da pretensão à tutela declarativa não se confunde com o da pretensão de direito material, esta sempre tendente a exigir do obrigado alguma prestação. Na propositura de ação declaratória, como visto, tem-se como objetivo eliminar uma incerteza quanto à existência ou inexistência de uma relação jurídica, sem exercer, imediatamente, a pretensão de direito material, como ocorre no pedido de natureza condenatória.

Dessa forma, tem-se que, ao requerer ‘condenação’, está-se requerendo simultaneamente ‘certificação’ + exercício de pretensão de direito material, a qual será naturalmente tornada realidade por intermédio de medidas executivas ulteriores. No entanto, nada impede que determinado credor busque, primeiro, a certificação, para, depois, exercer sua pretensão, com base no que antes foi decidido, como lhe permite o parágrafo único do referido art. 4º. do CPC. Ter-se-á, dessa forma, ‘certificação’ e, posteriormente, exercício de pretensão de direito material.

Dá a utilidade de ter o legislador referido a sentença que reconheça “a existência de obrigação de fazer, não fazer, entregar coisa” como título executi-

vo, a par do disposto nos arts. 461 e 461-A⁶. Veja-se que, caso o credor opte por exercer a sua pretensão *ab initio*, haverá a concessão da tutela específica da obrigação diretamente na sentença, já que esse foi o requerimento inicial. De outra parte, quando tais obrigações forem reconhecidas em sede de ação declaratória, não há como o juízo impor desde logo as medidas previstas, uma vez que não houve, ainda, o exercício da pretensão.

Assim, o que a lei garante é a possibilidade de, após a ‘certificação’, o credor requerer o cumprimento da medida, permitindo ao juiz conceder a tutela específica cabível. O mesmo raciocínio vale para o reconhecimento de obrigação de pagar, sendo plenamente possível ao credor requerer a intimação do devedor para que cumpra a obrigação, exercendo sua pretensão, podendo ele, posteriormente, requerer a execução com base no art. 475-J. No entanto, vale ressaltar que, caso tenha havido a extinção da pretensão por prescrição, tal medida restará obstada, já que, como visto, a mera interposição de ação declaratória não interrompe o prazo prescricional. Além disso, é de se ver que, embora a ação declaratória seja imprescritível (Amorim Filho, 1961), eventuais decorrências dela tocantes ao exercício da pretensão não gozam da mesma característica, uma vez que, se assim fosse, prorrogar-se-iam *ad aeternum* os prazos prescricionais.

8. O CARÁTER DÚPLICE DA AÇÃO DECLARATÓRIA: EXECUÇÃO POR PARTE DO RÉU

A ação declaratória, como referido, apresenta como característica precípua estabelecer certeza no mundo jurídico, seja para dizer que um suporte fático existe, seja para dizer que uma determinada norma incide. Dessa forma, nela “há sempre um enunciado existencial: *é* ou *não é*” (Pontes de Miranda, 1971, p. 5). Por essa razão, pode-se dizer que seus efeitos serão semelhantes aos de uma ação dúplice; *se é* para o autor, *não é* para o réu, e vice-versa.

Dessa forma, é de se ver que, se numa determinada ação declaratória restar reconhecida judicialmente uma determinada obrigação, os efeitos dessa declaração vincularão ambas as partes indistintamente, independentemente de quem tomou a iniciativa de ingresso da ação. Assim, se, por exemplo, alguém

⁶ Para Eduardo Talamini (2006, p. 41), a referência não se reveste de maior utilidade, pois a eficácia mandamental e executiva prevista para tutelar tais obrigações independe de demanda da parte interessada, não havendo necessidade de declinar-se um título.

pleiteia a declaração de inexistência de uma dívida, e tal pleito é julgado improcedente, reconhecendo-se a sua existência, essa decisão também poderá lastrear uma futura execução por parte do réu, desde que nela estejam contidos todos os elementos indispensáveis a tanto (Cf. Wambier, 2006, p. 44).

Veja-se que, a respeito disso, é inclusive lícito ao réu, caso o autor questione apenas parte de uma determinada relação jurídica, interpor reconvenção, de modo a ampliar o limite da coisa julgada futura, incluindo todos os elementos de uma obrigação questionada. Nesse sentido, apesar de ser anterior ao CPC, é ainda válido para esse fim o teor da súmula 258 do STF (13/12/1963), a qual reza que “é admissível reconvenção em ação declaratória.” Igualmente, pode-se configurar título executivo em favor do réu em uma ação condenatória, ou mesmo em numa ação constitutiva, desde que preenchidos os mesmos requisitos do art. 475-N, I, , sendo irrelevante o fato de ter o autor exercido ou não a sua pretensão.

A propósito disso, é de se ver que o réu, ao contestar a demanda, não exerce de maneira alguma a sua pretensão, a menos que interponha reconvenção ou contrapedido com pedido expresso condenatório. Da mesma forma, é de se ver que o fato de estar sendo discutida em juízo uma determinada relação jurídica não interrompe, nem suspende, o prazo prescricional de uma determinada pretensão, razão pela qual estará ela sujeita à prescrição⁷.

9. CONCLUSÕES

A partir do exposto, podem ser sintetizadas as seguintes conclusões:

- (a) Só haverá falar em pretensão quando se estiver diante de prestações de cunho obrigacional. Por essa razão, em relação aos provimentos de cunho constitutivo não há falar de pretensão, porque estão vinculados a direitos potestativos, não suscetíveis de descumprimento, portanto não sujeitos à prescrição, mas à decadência.
- (b) Tanto nos provimentos declaratórios quanto nos condenatórios (a) o juiz declara a existência do suporte fático e a incidência da norma abstrata no tocante à formação do direito subjetivo; (b) declara que esse direito foi violado, fazendo nascer a pretensão; (c) declara a existência e exigibilidade da sanção prevista para a hipótese. A dife-

⁷ Ressalva-se aqui o caso da ação penal, que, como dito, suspende o prazo prescricional da pretensão de reparação civil *ex delicto*, na forma do art. 200 do CCB/02.

- rença é que na condenação acresce-se mais um efeito: (d) considera válido o exercício da pretensão por parte do autor (ação), dirigindo-o ao réu através do provimento condenatório.
- (c) Não é qualquer ação judicial que tem o condão de configurar o exercício da pretensão – e interromper a prescrição –, mas apenas aquelas que tiverem pedidos que tencionem ao cumprimento da obrigação, o que não é o caso das ações meramente declaratórias.
- (d) O exercício da pretensão não é requisito indispensável para a formação do título executivo judicial. Prova disso é que se forma título executivo judicial nas ações meramente declaratórias, no caso da sentença penal condenatória (475-N, II) e no de homologação de transação sobre matéria que sequer foi posta em juízo (475-N, III), por exemplo.
- (e) Nada impede que determinado credor busque, primeiro, a certificação, para, depois, exercer sua pretensão, com base no que antes foi decidido em sentença, como lhe permite o parágrafo único do referido art. 4º. do CPC. Ter-se-á, dessa forma, ‘certificação’ e, posteriormente, exercício de pretensão de direito material.
- (f) A sentença declaratória pode constituir título executivo tanto em favor do autor quanto em favor do réu, desde que nela estejam contidos todos os elementos indispensáveis a tanto (Cf. Wambier, 2006, p. 44).

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVIM, Eduardo Pellegrini de Arruda. *Noções sobre a classificação das ações: algumas modalidades de procedimentos e o cabimento da antecipação de tutela*. Revista Forense, Rio de Janeiro, v. 103, n.391, p. 25-44, maio/jun. 2007.
- AMORIM FILHO, Agnelo. *Critério científico para distinguir a prescrição da decadência e para identificar as ações imprescritíveis*. Revista de Direito Processual Civil, São Paulo, v. 2, n.3, p. 95-132, jan./jun. 1961.
- BARBI, Celso Agrícola. *Comentários ao Código de Processo Civil*. Rio de Janeiro: Forense. 1975.
- CHIOVENDA, Giuseppe. *Instituições de Direito Processual Civil*. Trad. de J. G. Menegale. Saraiva: São Paulo, V. I, 1969.

- DIDIER JUNIOR, Fredie. *Curso de Direito Processual Civil*. 8ª. Ed., Ed. JusPodivm: Salvador, v. I, 2007.
- LIEBMAN, Enrico Tullio. *Processo de execução*. São Paulo, Saraiva, 1968, p. 16.
- MARINONI, Luiz Guilherme Bittencourt. *Classificação das sentenças que dependem de execução*. Revista Jurídica: Órgão Nacional de Doutrina, Leg. e Crítica Judiciária, São Paulo, v. 55, nº 351, p. 57-84, jan/2007.
- MARINONI, Luiz Guilherme Bittencourt. *Novas Linhas do Processo Civil*. 2ª Ed. Malheiros: São Paulo, 1996.
- MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pontes de. *Tratado das Ações*. Revista dos Tribunais: Rio de Janeiro, t. I, 1970.
- _____. *Tratado das Ações*. Revista dos Tribunais: Rio de Janeiro, t. II, 1971.
- OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro de. *Tutela declaratória executiva?* In <http://www.tex.pro.br/wwwroot/00/060626.php>, acesso em 29/02/2008.
- SILVA, Ovidio Araujo Baptista da. *Direito subjetivo, pretensão de direito material e ação*. AJURIS, Porto Alegre, v. 10, n.29, p. 99-126, nov. 1983.
- TALAMINI, Eduardo. *Sentença que reconhece obrigação, como título executivo: CPC, art. 475-N, I. Acrescido pela Lei 11.232/2005*. Revista Jurídica: Órgão Nacional de Doutrina, Leg. e Crítica Judiciária, São Paulo, v. 54, n.344, p. 19-43, jun. 2006
- WAMBIER, Luiz Rodrigues. *Sentença Civil: Liquidação e cumprimento*. 3ª. Ed., São Paulo: RT, 2006.
- WAMBIER, Luiz Rodríguez. *Curso Avançado de Processo Civil*, v.1. RT: São Paulo, 2005
- WINDSCHEID, Bernhard. *Diritto Delle Pandette*. Trad. de Carlo Fadda e Paolo Emilio Bensa. Unione Tip. Ed. Torinese, Turim, 1902.
- ZAVASCKI, Teori Albino. *Sentenças declaratórias, sentenças condenatórias e eficácia executiva dos julgados*. Revista de processo, v. 28, n. 109, p. 45-46, jan./mar. 2003.